

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ACESSO Á TERRA PELAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS E OBSTÁCULOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL.

MARCO ANTONIO DOMINGUES TEIXEIRA¹

marcoteixeira204@unir.br

Universidad Federal de

Rondônia Professor

Investigador

Correo

marcoteixeira204@unir.br

ORCID 0000-0001-6725-023X

PAULO HENRIQUE LROA GOMES DA SILVA²

paulolorajus@gmail.com

Universidad Federal de Rondônia /

Estudiante

ORCID 0009-0002-4280-3461

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ACESSO Á TERRA PELAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS E OBSTÁCULOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL

RESUMO

A pesquisa em adamento aborda os desafios enfrentados no processo de titulação de terras quilombolas em Rondônia, destacando a singularidade do contexto do estado, marcado pela presença de comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas e remanescentes dos ciclos da borracha. O estudo propõe uma análise profunda dos obstáculos legais, burocráticos, socioeconômicos e culturais que permeiam a demarcação e titulação de territórios, com foco especial na comunidade

¹ Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Doutorado em Ciências Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2004). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (1982).

² Graduado em Direito pela Universidade Federal de Rondônia, pós-graduando em Gestão Pública pelo IFRN, Mestrando PPGDHJUS UNIR.

quilombola Santo Antônio do Guaporé.

Ao contextualizar historicamente a formação do território brasileiro e a evolução das políticas agrárias, desde o Tratado de Tordesilhas até a institucionalização do Direito Agrário com a Lei 601 de 1850, o estudo visa destacar a complexidade das relações entre colonização, escravidão e resistência, fundamentais para compreender o modelo de produção baseado no escravagismo.

Explorando o cenário específico do Guaporé, atual Rondônia, o estudo aborda o ciclo extrativista, a presença da escravidão e as formas de resistência dos escravizados por meio de fugas e quilombos. A comunidade quilombola Santo Antônio do Guaporé emerge como um estudo de caso relevante, cuja demora na titulação das terras é destacada como um desafio que requer investigação detalhada.

O objetivo central é identificar e analisar os principais obstáculos no processo de titulação de terras quilombolas, propondo medidas e estratégias que promovam segurança jurídica, desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade ambiental e dignidade das comunidades tradicionais. A metodologia adotada inclui análise documental, revisão bibliográfica sistemática, coleta de dados estatísticos, análise qualitativa e quantitativa, bem como visitas à comunidade para compreensão direta dos desafios enfrentados.

O estudo encontra-se em fase inicial e espera-se que, ao final, ofereça uma contribuição significativa para a compreensão e superação dos obstáculos no processo de titulação de terras quilombolas em Rondônia, visando um desenvolvimento mais justo e sustentável na região.

Palabras clave: Titulación de tierras, Comunidad quilombola, Desarrollo sostenible.

INTRODUÇÃO

O desafio global de alcançar o desenvolvimento sustentável e a inclusão social e cultural é evidente em diferentes contextos, sendo a realidade do estado de Rondônia, no Brasil, especialmente única devido à sua vasta área rural e à presença de comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas e remanescentes dos ciclos da borracha. A demarcação de terras e a titulação de territórios surgem

como ferramentas cruciais para promover a inclusão social, ambiental e cultural dessas populações, ao mesmo tempo em que garantem a preservação dos recursos naturais. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas enfrenta diversos obstáculos, desde questões legais e burocráticas até desafios socioeconômicos e culturais.

O estudo propõe uma análise aprofundada das perspectivas e obstáculos para a inclusão social, ambiental e cultural por meio de políticas agrárias, com foco na titulação das terras habitadas por remanescentes quilombolas em Rondônia. Além disso, busca identificar soluções e boas práticas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e a valorização da diversidade cultural nessas regiões.

A formação do território brasileiro e a história agrária do país, desde o Tratado de Tordesilhas até a institucionalização do Direito Agrário com a Lei 601 de 1850, demonstra a complexidade da relação entre a colonização, a escravidão, e as formas de resistência que moldaram a sociedade brasileira, uma vez que o modelo de produção era baseado no escravismo, tendo como peça fundamental o negro escravizado.

No cenário específico do Guaporé, atualmente Rondônia, o ciclo extrativista e a presença da escravidão são evidenciados, destacando a resistência dos escravizados por meio de fugas e quilombos. O estudo também aborda a dinâmica econômica, as revoltas, e as mudanças na mão-de-obra ao longo dos anos.

A comunidade quilombola Santo Antônio do Guaporé é apresentada como um caso relevante, com sua história ligada ao extrativismo e à presença de foragidos da escravidão. A demora na titulação de suas terras é destacada como um elemento que requer investigação, não apenas como um reconhecimento simbólico, mas como uma medida essencial para conferir legitimidade e autonomia à comunidade, assegurando seus direitos sociais e promovendo o desenvolvimento sustentável.

UN (1) OBJETIVO

Identificar e analisar os principais desafios e obstáculos no processo de titulação de áreas de quilombolas e remanescentes quilombolas de Rondônia, com foco na

comunidade quilombola Santo Antônio do Guaporé. Ao fim, visa-se propor medidas e estratégias para aprimorar esse processo, promovendo a segurança jurídica, o desenvolvimento socioeconômico, a sustentabilidade ambiental e a dignidade das comunidades tradicionais quilombolas, em Rondônia. Isso abrange os direitos à propriedade e moradia, à saúde, à educação e ao trabalho, bem como a preservação de um meio-ambiente equilibrado.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota a análise minuciosa de documentos e revisão sistemática da literatura a respeito da titulação de territórios quilombolas, direitos humanos, políticas públicas e temas correlatos. Dados estatísticos de fontes confiáveis serão coletados para oferecer uma visão quantitativa da situação fundiária, bem como dos impactos da falta de titulação. A análise qualitativa identificará padrões e desafios, enquanto a análise quantitativa envolverá procedimentos estatísticos. Visitando a comunidade quilombola Santo Antônio do Guaporé, o estudo busca compreender de forma direta a realidade, demandas e desafios do processo de titulação. Ao final, serão propostas soluções e recomendações. Essa abordagem metodológica visa fornecer uma análise completa e fundamentada, contribuindo para a formulação de políticas públicas efetivas relacionadas ao tema.

RESULTADO

O estudo está em andamento, e prevê-se que, ao seu final, ofereça uma contribuição substancial para a compreensão e resolução dos obstáculos enfrentados no processo de titulação das terras quilombolas de Rondônia. Espera-se que, além de assegurar direitos fundamentais, a conclusão bem-sucedida da pesquisa traga ganhos notáveis em termos de segurança jurídica, mitigação de conflitos no campo e preservação ambiental, promovendo, assim, um ambiente mais equitativo e sustentável para as comunidades envolvidas, bem como para toda a população rondoniense.

CONCLUSÕES

O estudo destaca a necessidade imediata da titulação de terras para as comunidades quilombolas em Rondônia. Essa medida não apenas garantiria direitos

fundamentais, mas também impulsionaria a inclusão social e a preservação cultural. Além disso, contribuiria para a pacificação, reduzindo conflitos territoriais não regulamentados. Superar os desafios enfrentados é crucial para promover um desenvolvimento mais justo e sustentável na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brito, Ê. J. da C. (2010). Revista de Estudos da Religião, 2, 85–93.
https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/r_brito.pdf

Carvalho, J. T., Fideles, J. D., & Maciel, M. A. (2018). Direito Agrário (2ª ed.). Jus Podivm.

Leite, I. B. (2000). Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, 4(2). <http://journals.openedition.org/etnografica/2769>

Marques, B. F. (2015). Direito Agrário Brasileiro (11ª ed.). Atlas.

Schwartz, S. B. (1985). Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Companhia das Letras.

Quilombolas no Brasil. (2023, 17 de setembro).
<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/>

Teixeira, M. A. D., & Xavier, D. F. B. (2018). Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental. Revista Direito Práx., 9(1), 351–371.
<http://bit.ly/2XMUvqi>

Teixeira, M. A. D. (2004). Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé, identidade e sustentabilidade. Tese de doutorado em Ciências Socioambientais. NAEA/UFGA.